



RESOLUÇÃO

Considerando a importância da intensificação da luta, desenvolvida de forma articulada a partir da unidade na acção e do reforço da organização sindical nos locais de trabalho, os trabalhadores e trabalhadoras presentes na concentração na Praça da Batalha, decidem:

1. Saudar e apoiar as lutas dos trabalhadores do sector dos transportes e comunicações (semana de 7 a 11 de Fevereiro), da Administração Pública (2.^a quinzena de Fevereiro) e das empresas do Sector Privado, por melhores condições de vida e de trabalho.
2. Intensificar a acção nos locais de trabalho, reforçando a unidade na acção com todos os trabalhadores e Sindicatos pela concretização dos objectivos definidos para a Greve Geral de 24 de Novembro, contra as políticas anti-sociais do Governo e as posições retrógradas do patronato.
3. Imprimir uma forte dinâmica reivindicativa nas empresas e serviços pela efectivação e melhoria dos direitos consagrados nas convenções colectivas de trabalho, contra os bloqueios patronais na Administração Pública e no Sector Privado à negociação colectiva, pelo aumento real dos salários e a passagem dos trabalhadores com vínculo precário ao quadro de efectivos.
4. Exigir a aplicação dos 500€ do Salário Mínimo Nacional, a partir de Janeiro, prossequindo a luta em todos os espaços de intervenção, especialmente nos locais de trabalho para que este objectivo de justiça social e de combate à pobreza seja concretizado, tal como consagra o Acordo estabelecido em 2006. É preciso que os patrões paguem os 15€ mensais que devem aos trabalhadores.
5. Exigir o descongelamento das pensões e lutar pela reposição dos direitos de protecção social, de que é exemplo o abono de família e o subsídio social de desemprego.
6. Denunciar a má fé, a encenação de diálogo e o simulacro de negociação levado a cabo pelo Governo em sede da Comissão Permanente de Concertação Social, com a iniciativa "competitividade e emprego", combatendo as propostas que visam alterar, para pior, o Código do Trabalho, com vista a desregulamentar a legislação laboral, facilitar os despedimentos e pulverizar a contratação colectiva, de acordo com os interesses patronais.
7. Manifestar a sua solidariedade e apoio a todos os activistas sindicais e trabalhadores que resistem e lutam contra a prepotência e arbitrariedades governamentais e patronais, em particular aos dois dirigentes sindicais da Administração Pública, detidos ilegalmente pela PSP, no passado dia 18 de Janeiro, na Concentração realizada em Lisboa, exigindo a sua absolvição.
8. Prosseguir a luta pelo exercício dos direitos de cidadania, designadamente o direito constitucional à resistência contra as medidas injustas e ilegais, assumindo a participação cívica nos locais de trabalho e nas ruas como elemento determinante para a assumpção plena da democracia, da valorização do trabalho e da dignificação dos trabalhadores.